

RESENHA

Hardy, Clarisa. **Organizarse para Vivir Pobreza: Urbana e Organización Popular**. Santiago, Chile, Programa de Economía del Trabajo (PET), 1987. 343 pp.

A dimensão estrutural da pobreza e o agravamento da condição do pobre urbano na América Latina têm levado ao surgimento de inúmeras fórmulas para enfrentamento do problema. É que se reconhece a persistência de uma situação econômica adversa para o conjunto dos setores populares, como diz Clarisa Hardy em seu livro (p. 81), cuja manutenção leva a população desfavoravelmente afetada a buscar soluções para a crise. Uma dessas soluções para a crise é o processo recente de formulação de respostas orgânicas, através da criação de todo tipo de organizações, congregando indivíduos de baixa condição social que se unem para sobreviver economicamente. Com efeito, as transformações impostas pelo modelo capitalista excludente e concentrador geram reservatórios de marginalização social, onde, ao lado da exclusão econômica, se patenteia todo um quadro de carência e precariedade humana, contribuindo para a criação da expectativa, em quem o experimenta, de uma difícil superação das dificuldades vividas. Tal fenômeno, de expectativas inibidas de superação da pobreza, tenho classificado como de “bloqueio da pobreza”(1) para indicar uma situação de tremendo desafio de sobrevivência econômica. É sobre ele, sobre as saídas antevistas pela população pobre para enfrentá-lo, de que trata o sugestivo livro de Clarisa Hardy, cujo título, **Organizarse para Vivir**, diz bem da natureza do problema.

No panorama examinado pela autora ressalta o dado de que, junto com os objetivos econômicos, os indivíduos pobres lutam pelo reconhecimento de sua condição humana ameaçada pela exclusão econômica, social e política. Essa é uma constatação que explica o aparecimento de organizações populares de vários tipos como um cenário de novas práticas sociais (p. 144), nascidas da precariedade e representando uma complexa articulação de recursos humanos e materiais, onde abunda a força de trabalho e escasseiam tremendamente as bases econômicas. As organizações populares seriam estratégias coletivas de sobrevivência (p. 219), uma resposta à pobreza desde seus protagonistas. Neste sentido, essas respostas coletivas ensaiadas pelos pobres da cidade constituem um cenário analítico privilegiado, oferecendo material de estudo sobre as maneiras em que é possível articular o desejável com o possível ou viável em matéria de satisfação de necessidades. A diversidade de organizações reúne uma gama heterogênea de indivíduos, cuja aproximação tem como principal fundamento a necessidade. Encontra-se aí também uma concepção integral da sobrevivência (p. 82), em que uma ampla proporção de pessoas, rompendo supostos fenômenos generalizados de passividade e desespero, manifesta sua capacidade de resposta positiva, seus esforços de autodeterminação, em face dos desafios de sobrevivência experimentados.

Resultado intermediário de um projeto de trabalho de dois anos, o livro **Organizarse para Vivir** apresenta evidências que interessam a todos aqueles que se debruçam sobre a questão da pobreza urbana na América Latina. Modestamente, a autora assinala à p. 229 da obra que sua intenção, na análise da realidade que fez, era, mais que respostas e certezas, formular intuições, questionamentos, proposições. Na verdade, o volume que produziu, utilizando vasta base de informação empírica relativa a Santiago do Chile, oferece um perfil das diferentes condições estruturais da pobreza, de sua heterogeneidade, de suas manifestações. A obra está estruturada em oito capítulos, contendo minucioso anexo de dados estatísticos levantados. O primeiro capítulo introduz, em perspectiva mais teórica, a questão dos pobres urbanos e suas estratégias de sobrevivência, apresentando a análise de três dimensões da pobreza — a estrutural, a urbana e a cultural. Os demais capítulos são de natureza empírica, figurando no cap. 2 uma apreciação das organizações urbanas de sobrevivência dos pobres em Santiago. No cap. 3 aborda-se a dis-

tribuição territorial dessas organizações, cuja composição social (quem são seus membros, seus beneficiários, o papel feminino aí testemunhado) é assunto do cap. 4. O quinto examina as organizações de sobrevivência como novas práticas sociais e o sexto trata da questão — importantíssima — dos recursos mobilizados pelos grupos, inclusive os aportes externos. No cap. 7 dá-se relevo às redes horizontais constituídas pelas organizações. Finalmente, o capítulo 8 procura destacar as estratégias coletivas de sobrevivência como uma iniciativa de enfrentamento da pobreza a partir de seus protagonistas.

A análise de Clarisa Hardy consegue oferecer uma abordagem compreensiva do fenômeno da pobreza urbana, como pano de fundo para o tratamento da questão das organizações populares envolvidas com o desafio da sobrevivência dos pobres. Ela mostra, por exemplo, que o fenômeno da concentração urbana da pobreza se transforma em uma virtual segregação espacial da população pobre com respeito ao resto da sociedade (pp. 27-28). Por outro lado, o local de moradia, o bairro, a favela desempenham um papel de suporte material significativo na vida das famílias populares. Outra questão refere-se à luta dos pobres para assegurar sua reprodução material, na qual se consome toda uma existência apenas na “tarefa diária [dos indivíduos] de se manterem, ao menos, vivos” (p. 30). Trata-se, no fundo, de como “viver a pobreza”, tema central do livro e preocupação cotidiana de quem experimenta a condição de extrema exclusão social, de quem sofre a “síndrome da falta de poder da classe pobre”.(2) Clarisa Hardy mostra ainda que, ao lado de estratégias familiares de subsistência, que são uma resposta individual, de caráter defensivo, aos desafios da pobreza (p. 35), as estratégias coletivas e organizadas representam esforços positivos.

Em Santiago do Chile — que é o universo da pesquisa que deu origem ao livro —, manifesta-se uma crescente disposição das famílias de baixa renda para adotar fórmulas associativas e organizadas como solução para as múltiplas necessidades que têm de enfrentar. Percebe-se uma legitimação social que confere condições de estabilidade ao processo organizativo (p. 80), no qual a “participação feminina é contundente” (p. 51). Percebe-se igualmente que o processo organizativo se consolida, perdendo o traço de transitoriedade que seria sua marca original (p. 47). À época do levantamento de dados da pesquisa (1986), encontrou-se um total de

1.383 organizações econômicas populares de base (o que em inglês se chamaria de **grassroots organizations**) em Santiago, com cerca de 50 mil membros ativos, envolvendo umas 200 mil pessoas como beneficiários diretos dos resultados do trabalho. As organizações identificadas poderiam, segundo a autora, classificar-se em (a) organizações para o consumo — que compreendem os setores populares mais empobrecidos —, (b) organizações de serviços sociais — que se destinam a enfrentar as carências produzidas pela marginalização urbana —, (c) organizações trabalho-reivindicativas (alguns sindicatos) e (d) organizações trabalho-produtivas, que são iniciativas populares de auto-emprego através da produção de bens e serviços. Em todo esse elenco de formas de organização, a presença feminina é decisiva, convertendo a sobrevivência em uma tarefa essencialmente da mulher (p. 129). A presença do homem é mais visível nos empreendimentos de natureza mais reivindicativa. Nesse contexto, Clarisa Hardy assinala que a distribuição dos papéis sexuais reflete uma certa concepção da sociedade e das funções sociais conferidas aos setores sociais segundo a distinção de gênero, em que a esfera pública é considerada espaço propriamente masculino e a esfera privada, espaço da mulher (p. 134). É interessante notar que a participação da última, a nível da direção das organizações econômicas populares, é proporcionalmente maior do que a filiação feminina como um todo registrada nesses grupos (p. 162). Na verdade, efetuam-se aí práticas bastante democráticas e se difunde e socializa um novo tipo de poder baseado em responsabilidades mais cotidianas e novas habilidades associadas a capacidades de gestão ou administração de grupos e tarefas. Importância especial adquirem as assembléias nas organizações em questão, havendo rotação de dirigentes e distribuição de responsabilidades, o que habilita as pessoas a adquirirem experiência e capacitação para o exercício de mandatos. Segundo Clarisa Hardy, outro aspecto do problema é o fato de que as organizações populares são mecanismos de aprendizagem e de solução para necessidades de outra natureza, tais como participação, desenvolvimento humano, solidariedade, sociabilidade, recreação, etc. (p. 226).

Um elemento importante da realidade das organizações populares, conforme os resultados da pesquisa, refere-se à questão dos recursos e dos resultados dos experimentos levados a cabo. Clarisa Hardy informa, a esse propósito, que cerca de 90 por cento das organizações contam com algum

apoio solidário externo e estão vinculados a um mundo institucional que lhes é exterior. No passado, o Estado era uma força presente em tal mundo. Hoje, a principal fonte de apoio se encontra na Igreja. A esta se somam iniciativas privadas de ajuda, organizações não-governamentais (ONGs) que optaram por um certo modelo social de organização e solidariedade. Os aportes de assistência compreendem capacitação, assessoramento e contribuições materiais e financeiras. Os aportes de dinheiro têm uma presença que não é dominante (p. 195), ficando os grupos populares, na maioria dos casos, em situação de precária disponibilidade de recursos e geralmente sob dependência externa. Mas os grupos esforçam-se para realizar gestões eficientes dos poucos meios de que dispõem, daí por que não são infreqüentes as experiências exitosas, como registra a autora (p. 214), o que revela uma compreensão do papel dessas iniciativas comunitárias em face das necessidades que visam satisfazer. Segundo Clarisa Hardy (p. 199), trata-se de uma passagem da percepção individual e atomizada para uma percepção social ou coletiva de como atender necessidades de sobrevivência. A conclusão do estudo é de que as organizações de subsistência produzem efeitos palpáveis, ainda que insuficientes diante dos enormes desafios da pobreza, que são potenciados pelo esforço associativo e pelo senso de realismo com que os pobres constroem e assumem suas expectativas, e com as possibilidades concretas de sua consecução. Ao desnudar esse universo da precariedade e da solidariedade, demonstrando como se sobrevive à margem do banquete social, Clarisa Hardy oferece uma significativa contribuição ao conhecimento da realidade dos excluídos e à sociologia da pobreza.

Clóvis Cavalcanti

Da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

NOTAS:

1. Clóvis Cavalcanti, «O Bloqueio da Pobreza: Estudo de Caso de uma Cooperativa de Tecelões em Pedro II, Piauí», in **Clóvis Cavalcanti (org.) et al., No Interior da Economia Oculta: Estudos de Caso de uma Pesquisa de Avaliação do Desenvolvimento de Base no Norte e Nordeste do Brasil** (Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988), pp. 243-292.

2. V. Helenilda Cavalcanti, «Síndrome da Falta de Poder da Classe Pobre», **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 1, n. 2, jul./dez. 1985, pp. 141-160.

